





PROJETO DE LEI N. 174 /2023

CONSIDERA de Utilidade Pública a Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia.

- **Art. 1.º** Fica considerada de Utilidade Pública a Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n. 18.486.526/0001-99, com sede e foro na cidade de Manaus, localizada na Rua Antônio Figueredo, n. 516, Bairro Nova Esperança, CEP 69.037-525.
- **Art. 2.º** A Utilidade Pública, nos termos do art. 1.º desta Lei, aplica-se, no que couber, no âmbito do município de Manaus, responsabilizando-se a Prefeitura de Manaus pelas providências necessárias ao cumprimento da presente legislação.
 - Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 30 de março de 2023

Alonso Oliveira de Souza Vereador / AVANTE







JUSTIFICATIVA

A presente propositura, com fundamento jurídico no art. 8°, inciso I, da Loman, tem por finalidade reconhecer de utilidade pública no âmbito do Município de Manaus à Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia (AIHHUAM), devidamente inscrita no CNPJ nº 18.486.526/0001-99, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Manaus, localizada na rua Antônio Figueredo, nº 516, bairro: Nova Esperança, CEP 69.037-525. **Fundada em 07 de junho 2013.**

Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia (AIHHUAM)

– é uma associação sem fins lucrativos que atua na prestação de serviços de cunho educacional, cultural e em atividades socioambientais.

Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia (AIHHUAM), usa o Hip Hop como ferramenta para alcançar as mais diversas comunidades presentes na cidade de Manaus, acreditando na promoção cultural da expressão para transformação da Amazônia. Promovem ações que impactam pessoas, visando a promoção da cultura, a pluralidade de pensamentos, a defesa da natureza e a união.

Diante do exposta, conto com apreciação dos nobres vereadores para aprovação desta matéria.

Manaus, 30 de março de 2023.

Alonso Oliveira de Souza Vereador / AVANTE







Documentos em anexo:

- 1 Certidão de Registro do Cartório;
- 2 Estatuto Registrado;
- 3 Ata de Registro;
- 4 CNPJ da Associação;
- 5 Certidão Negativa da PMM;
 6 Certidão Negativa da Receita Federal;
 7 Fotos de Atividades da Associação; e
- 8 Atestado de Idoneidade Moral e Ilibada Conduta dos Membros da Diretoria e do Conselho.



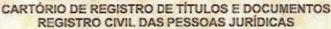








REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DE MANAUS TÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMEN





Maria da Conceição Castro Lopes — Oficial Av. Getulio Vargas, 1149, Centro, Cep 69.020-011 — CNPJ 04.536.546/0001-12

CERTIDÃO

CERTIFICO em virtude das atribuições que por lei me são conferida e a requerimento de parte interessada, que revendo no arquivo do Cartório a meu cargo, deles verifiquei constar, Protocolado sob n.º 66.271, e averbado sob n.º 60.446, às folhas 79/87, do Livro "A", nº. 1122, de Pessoas Jurídicas, em 09.03.2021, a AVERBAÇÃO do NOVO ESTATUTO da Associação Civil de Direito Privado sem fins econômicos que passa a denominar-se "ASSOCIAÇÃO INTERCULTURAL DE HIP HOP URBANOS DA AMAZÔNIA", também designada por (A.I.H.H.U.AM), com sede e foro jurídico na Comarca de Manaus/AM, localizada na Rua Antonio Figueiredo, n.º 516, Bairro Nova Esperança - CEP 69037-525. Certifico mais que a supracitada Associação Civil tem a sua PERSONALIDADE JURÍDICA adquirida desde 07.06.2013, sob o número de ordem 34.383 do Livro "A", número 622, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da comarca de Manaus/AM, com a então denominação ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA INTERCULTURAL MOVIMENTO HIP HOP DE MANAUS - A.A.I.M.H.M. O referido é verdade; dou fé. Dada e passada nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, aos/nove dias do/mês de março do ano dois mil e vinte e um. Eu, assino - Selo Eletrônico de Fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Data útil. 09.03.2021, emitido por: Maria da Conceição Castro Lopes. Emol. R\$ 432,85. Funjeam Extrajud. R\$ 43,32. Fundpam R\$ 21,62. Funjeam-RCPN-SD. R\$ 21,62 Fundpge R\$ 12,97. Selo Digital R\$ 3,00. ISSQN R\$ 12,97. Selo: INSCPJ0049034AQRB9KLH2US5S22. Valide cidadao.portalseloam.com.br.

CERTIDAO
RTD/PJ
MANANASAMA
RT OCCORDIDA C. Lupes
Official
Official
Official
Official
Official
Official

Manaus, 09 de março de 2021.

Cartorio RTD

Maria da Conceição Castro Lopes

Oficial









ESTATUTO SOCIAL CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E OBJETIVOS

Seção I — Da denominação social. Sede e fins

Art. 1º - A Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia, também designada pela sigla, (A.141.H.U.AM), fundada em 20 de Abril de 2013, e registrada sob o nº 34.383 no livro A nº 622 em 07.06.2013 é uma associação civil de caráter recreativo, educacional, esportivo, cultural e social que visando a inclusão social, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativo, com Sede e foro na cidade de Manaus, Amazonas, podendo atuar em todo território nacional, com prazo de duração indeterminado, reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Legislação pertinente e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Único. - A Associação, através da Assembleia Geral, poderá instituir um regimento interno para normatizar atos complementares deste Estatuto.

Seção Il- Dos Objetivos

- Art.2º A Associação tem como objetivo trabalhar pela valorização e reconhecimento de seus membros como artistas e protagonistas do também movimento social que é o Hip Hop:
 - Lutar pela profissionalização dos Artistas e Exigir do poder público à execução de políticas públicas participativas direcionadas ao Hip Hop;
 - Denunciar e combater qualquer tipo de procedimento antiético e imoral cometido contra o Movimento Congregar os membros, simpatizantes e colaboradores defendendo seus direitos e interesses, do ponto de vista cultural, artístico, político e social.
 - Manter intercâmbio sociocultural com entidades congêneres do pais e do Exterior, contribuir, através da Cultura Hip Hop, com a transformação da sociedade através de ações baseadas na solidariedade, no trabalho coletivo, no humanismo e na democracia participativa;
 - IV Exercer os cinco elementos do Movimento Cultural, Político e Social Hip Hop: M C B boy, Grafiteiro, DJ e a responsabilidade social e compromisso político com os interesses do povo da periferia. Praticar a cultura da Paz, solidariedade, o amor e a não-violôncia, incentivar a pratica de esporte como um todo, apoia a lutar pela preservação da fauna e flora da floresta e patrimônio histórico da Amazônia.

Parágrafo Único. — Para o cumprimento de suas atividades e objetivos a Associação atuará por meio da execução direta e projetos, programas ou planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outros organismos sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins, comprometendo-se.

- a) Promover encontro dos membros, a fim de manter aproximação do artista e seu público;
- b) Celebra contratos e convênio com entidades públicas é privada e, inclusive com pessoas físicas;











- e) Promover a cultura, defesa e conservação do património histórico, artístico e cultural, além do intercâmbio cultural e social com outras entidades sem fins lucrativos;
- Manter intercâmbio com entidade de ensino, pesquisa e culturais e/ ou outras entidades congêneres, e ainda, as que sejam representativas da comunicação local;
- e) Promover a publicação de boletins, artigos, livros, comunicações, relatórios e outros informativos:
- f) Promover eventos sobre assuntos que interessem aos membros da entidade, seus membros ou a coletividade, bem como cursos de formação, seminário, conferencia, reunião, simpósios e encontros;
- g) Manter uma sede para reunião de seus membros, atendimento a comunidade, tanto na área artística, cultural;
- h) Contribuir com a defesa dos interesses sociais de seus associados e assistidos, podendo ajuizar ação cautelar para fins de evitar danos ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e diretos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, dispensando a autorização da assembleia;

Art.3º - A fim de cumprir suas finalidades a Associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, pela abertura e manutenção de gerencias ou coordenações estratégicas, regionais ou locais, como atividade especifica.

Parágrafo Único — O desenvolvimento das atividades da à Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia dará dentro da colocação estreita como as autoridades dos países concernidos, observandose todos os aspectos locais relativos aos procedimentos legais, éticos e jurídicos

Seção III - Das parcerias e convenio

Art.4º - A Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia, poderá fazer futuras parcerias com

- Secretarias Municipais e Estaduais;
- Ministérios e demais órgãos federais;
- III. ONG, s Nacionais e Internacionais;
- IV. Empresas Publica e Privadas;
- V. Outras entidades devidamente aprovadas

Parágrafo Único. Para 0 bom desenvolvimento de suas atividades programas e projetos, a entidade poderá firmar convénios com as Universidades Federais é Estaduais tanto na rede privado quanto na rede pública de ensino no âmbito de organismo internacional e nacionais.

CAPITULO II DOS ASSOCIADOS, DIREITOS, DEVERES E PENALIDADES











Seção I - Do quadro social e categorias de associados

Art.5" - A Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia possui em seu quadro social número ilimitado de associados, podendo ser pessoas físicas ou jurídicas, admitidas pelo Presidente após solicitação encaminhada à Diretoria

Art.6º - O quadro social da Associação é composto pelas seguintes categorias associativas:

- Associados Fundadores: as pessoas físicas ou jurídicas que participam e assinaram a ata de fundação da Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia, associados Efetivos;
- II. As pessoas físicas ou jurídicas que venham a serem admitidos, após a data de constituição da associação, comprometendo-se em cooperar formalmente através da participação desenvolvimento pela Associação;
- III. Associados Beneficiados as pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevante contribuição à entidade, ou de alguma fôrma, tenha contribuído de maneira expressiva com seus objetivos ou serviços;
- Associados Voluntários: aquele que tenha de compor os parceiros voluntários pela Associação no desenvolvimento de suas atividades.
- § 1º Os títulos previstos nestes artigos serão concedidos pela Diretoria ou Assembleia Geral a pedido de quaisquer associados.
- § 2" Um associado, pessoa física, poderá participar de mais de uma categoria de associado da Associação
- § 3º A Associação não fará distinção alguma quanto á raça, cor, condição social, credo político ou religioso.

Seção II - Da admissão de associados

Art, 7º- E prerrogativa para ser admitido na Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia.

I - Se pessoa física:

- a) Ser maior de 18(dezoito) anos de idade, emancipado ou os que adquirirem maioridade civil por menores somente com autorização dos pais ou responsáveis por força de lei.
- Preencher ficha cadastral contendo, nome, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo, NO do RG e CPF, apresentando-a Diretoria que apreciará e decidirá pela admissão ou pão
- e) Possua endereço fixo e ocupação comprovada;

II -Se pessoa jurídica:

3









- d) Apresentar cópia dos atos constitutivos e da última ata de eleição;
- e) Apresentar documentação pessoal do representante legal e substituto

Secão III - Dos direitos deveres associados

Art. 8º - São direitos dos associados:

- f) Votar, desde que em pleno gozo de seus direitos sociais;
- g) Ser votado e compor os órgãos da Associação, direitos este, somente para aquele que tenham o tempo mínimo de seis meses de filiação e na forma do presente Estatuto e do Regimento desta entidade
- h) Participar das atividades e promoções da Associação, bem como, apresentar supestões o propor neste Estatuto;
- i) Convocar os órgãos deliberativos através de requerimentos subscritos por 1/5 (un) quinto) dos associados.

Parágrafo Único. Os associados beneméritos e voluntános não gozam das prerregativas contidas nas alíneas "a", "b"e"d"

Art. 9º - São deveres dos associados:

- a) Participar das reuniões das Assembleias Geral;
- Prestigiar a Associação por todos os meios ao seu alcance e propagar o espírito de equipe entre os elementos;
- c) Cumpri e fazer cumpri o presente Estatuto e demais atos aprovados pela Diretoria e Assembléia Geral;
- d) Participar dos eventos realizados pela Associação;
- e) Zelar pelos princípios e objetivos da Associação;
- f) Efetuar o pagamento das contribuições, fixadas pela Assembléia Geral;
- g) Desempenhar com responsabilidade, ética, probidade e dedicação es mandados e cargopara os quais forem eleitos, nomeados ou contratados.

Parágrafo único: Todos os associados participarão na forma prevista pelos órgãos competentes das atividades da entidade devendo se comprometer com os objetivos da Associação, eabendo-lhes, ainda cooperar para a consecução dos fins sociais.

Art.10°- Os associados não respondem solidariamente, individualmente elou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela entidade, exceto a Diretoria em caso de dolo ou fraude. Parágrafo único: O associado não adquire qualquer direito sobre os bens diretos e patrimônios da Associação a título algum ou sob qualquer pretexto











Secão IV - Das penalidades

Art.11º - Os associados que infringir o presente estatuto, ou qualquer outra norma da Associação ou por suas atividades trouxer para a entidade risco de desprestigio ou descrédito ou prejuízo de ordem patrimonial, será punido pela Diretoria com as seguintes penalidades.

I Advertência;

II Suspensão;

III Exclusão;

IV Demissão:

Art.12º - Sofrerá advertência o associado que deixa de participar a 3 (três) Assembléias gerais consecutivas sem a devidas apresentações de justificativa

Art.13º - 0 associado que se portar com inconveniência, agredindo com palavras um colega membro ou não da Diretoria ou Conselho Fiscal, sofrerá suspensão, e havendo reincidência, será excluído da Associação.

- § 1º O tempo de suspensão será determinado pela Diretoria que analisara o prazo conforme gravame.
- § 2º Configura-se falta grave, passível de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material para Associação e seus associados
- § 3º O associado também deixará de fazer parte da Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia pelo afastamento voluntario, apresentada formalmente sua saída através de carta de renúncia dirigida e entregue ao Presidente da Diretoria, seu substituto ou a qualquer membro do conselho fiscal.

Art.14º - Cabe ao associado punido requerer recuso em último instancia à Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento do aviso de sua exclusão ou demissão

Art.15° - Será demitido aquele que deliberadamente solicitar seu desligamento através de carta encaminhada à Diretoria, assim como, aquele que mesmo não tendo cometido falta grave, a Diretoria acorde pelo seu desligamento.

Parágrafo único: O associado que mantiver relação empregatícia coma Associação perderá o direito de votar e ser votado enquanto o vínculo permanecer

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art.16° - A Associação será administrada por:

I - Assembléia Geral;

II - Diretoria;

III - Conselho Fiscal.

J 5









Secão I — Da Assembléia Geral

Art.17º - A Assembléia Geral, Órgão soberano da instituição Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia não contrariando as leis vigentes deste Estatuto, é constituído por todos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, podendo tomar todas as decisões necessárias aos interesses Sociais, no âmbito jurídico, assistência, refreamento etc.

Art.18° - Compete à Assembléia Geral:

- Cumpri e fazer cumprir o Estatuto Social; 2)
- Aprovar eventual regimento Interno; b)
- Eleger os membros da Diretoria e o Conselho Fiscal; c)
- Destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; d)
- Eleger, a qualquer momento, membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal em caso de e) renúncia e/ ou vacância;
- Abrir e encerrar filiais quando se fizer necessário; 1)
- Reformar o Estatuto; g)
- Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais. h)
- Decidir sobre a extinção da Associação; i)
- Aprovar as contas e balanços financeiros da Diretoria com prévio parecer do conselho fiscal: j)
- Art.19º Nas Assembleia, cada associado terá direito a um (1) voto, não existindo voto de minerva nem voto de desempate. Havendo empate nas votações, as mesmas deverão ser repetidas tantas vezes forem necessárias até que se chegue ao desempate.
- Art.20º A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação com a maioria dos associados e em segunda convocação com qualquer número dos associados presente.
- Art.21º As deliberações das Assembleias serão tomadas por voto da maioria simples dos presentes. exceto nos casos de destituição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, reforma dos Estatutos e dissolução da Associação, que serão tomadas por voto d 2/3(dois terços) dos associados em primeira convocação e não havendo alcance do quórum, por 1/3 (um terço) dos associados tiás convocações seguintes.
- Att.22° A Assembléia Geral e convocada e presidida pelo Presidente da Diretoria ou seu substituto legal. podendo ser secretariada por dois secretários (as) designados.
- Art.23º A convocação da Assembléia Geral poderá ser feita por meio de Edital afixado na sede da Associação, por publicação na imprensa local, por circulares înternas ou outros meios convenientes legais, como antecedência de 15 (quinze) dias









RCFJ-REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS Manaus-Amazonas REGISTRADO

Parágrafo único: E em casos de urgência e relevância poderá ser convocada em prazo inferior ao estabelecido neste Artigo.

Art.24º - A Assembléia Geral realizar-se-á:

I- ORDINARIAMENTE

- uma vez por ano, no primeiro trimestre de cada ano, para aprovar as contas e deliberar pelo relatório e balanço anual
- b) A cada 10 anos (Dez) para eleger e empossar a Diretoria e o Conselho Fiscal

II- EXTRAORDINARIAMENTE

a) Sempre que convocada para deliberar assuntos de urgência e relevância

Art. 25° - A Assembléia Geral Extraordinária só poderá ser convocada:

- a) Pelo presidente ou por seu substituto legal:
- Pela maioria dos membros da Diretoria ou do conselho Fiscal:
- e) Por requerimento dos associados, quites com as obrigações sociais, em número de 1/5(um quinto), que deverão especificar pormenorizadamente os motivos da convocação.

Art.26° - É de deliberação exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária:

- A reforma do Estatuto, inclusive dos objetivos sociais:
- A eleição da Diretoria ou de qualquer membro do Conselho Fiscal inclusive quando no caso de substituição;
- A destituição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; A dissolução ou a
- d) extinção da Associação, alienação do patrimônio:

Secão II - Da Diretoria Executiva

Art.27º - A Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia será administrada por uma Diretoria composta de 6 (seis) membros, eleitos em Assembléia Geral Ordinária, para um período de 10 (dez) anos, podendo ser reeleitos por igual período constituído por:

- Presidente
- 1. Vice-Presidente
- II. Primeiro Secretários
- III. Segundo Secretario
- IV. Primeiro Tesoureiros
- V. Segundo Tesoureiros
- VI. Diretor Artístico e Cultural

M









Parágrafo Único - Visando imprimir maior operacionalidade, a Diretoria poderá criar Departamento, gerencias ou Grupo de trabalhos, nomeando seus diretores ou meio de assessores, para executarem os programas e projetos a serem desenvolvidos pela Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia, forme escrito neste Estatuto

Art. 28º - Compete à Diretoria Executiva:

- a) Organizar e dirigir a Associação, zelando pelo seu patrimônio,
- b) Elaborar os regulamentos dos diferentes departamentos e submetê-los à Assembléia Geral.
- e) Deliberar sobre aprovação ou rejeição de estudos, pesquisas, campanhas, projetos ou programas da Associação;
- d) Aprovar o quadro de funcionários e seus vencimentos;
- e) Convocar as Assembléias Gerais;
- f) Elaborar o plano de trabalho anual;
- g) Nomear e destituir os eventuais cargos de assessoria necessários ao desenvolvimento dos projetos;
- Demitir e excluir associados em conformidade com estes Estatutos;
- i) Aprovar e assinar todos os contratos, convênios, doações, acordos e demais documentos que não importem em alienação de bens;
- Aplicar as penalidades na forma deste Estatuto;
- k) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regulamento;
- I) Estabelecer os valores a serem cobrados dos associados representando-os em conta aqual:
- m) Deliberar sobre quaisquer casos em que este Estatuto seja omisso, observando-se a legislação vigente;

Parágrafo único - A Diretoria reuniu-se ordinariamente uma vez por mês para decisões das atribuições de suas competências previstas neste Estatuto, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou por seu substituto legal, elou pela maioria de seus membros, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria simples de seus pares.

Art.29° - Compete ao Presidente:

- a) Representar a Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia em juizo e fora dele;
- Implementar as diretrizes definidas pela Assembléia agindo de conformidade com sua orientação;
- e) Elaborar anualmente o programa de trabalho e o orçamento da entidade e submetê-los à aprovação da Diretoria a ser homologada pela Assembléia;
- d) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- e) Presidir a Assembléia Geral;











- Autorizar o pagamento de despesas e assinar cheques em conjunto o primeiro tesoureiro;
- g) Encaminhar à Assembléia Geral, os documentos necessários à execução da função deste órgão;
- h) Acompanhar todas as atividades internas e externas que envolverem a Associação;
- Despachar propostas para admissão de associados;
- j) Prestar aos órgãos competentes da Associação esclarecimento sobre sua gestão;
- d) Aprovar e assinar todos os contratos, convénios, acordos, e demais documentos juntamente com 0 10 Tesoureiro e que não importem em alienação dos Bens;
- Cumprir e fazer cumprir e o Estatuto e os eventuais Regimentos Internos;

Art.30° - Compete ao vice-Presidente:

- Auxiliar e substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Suceder o Presidente em caso de renúncia ou vacância de mandato, até que por decisão da Assembléia Geral, seja votado e eleito novo Presidente
- e) Colaborar nas atividades da Associação;

Art.31º - Compete 0 Primeiro Secretário:

- Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as atas;
- Publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- Organizar e dirigir os serviços da Associação;
- d) Secretariar as reuniões da Diretoria, Assembléias gerais e lavrar suas atas;
- e) Redigir e assinar a correspondência social;
- Representar a Coordenação Geral em suas ausências e impedimentos;
- g) Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as atas;
- h) Substituir o Presidente e Vice-Presidente nos impedimentos e ausências

Art.32º - Compete ao Segundo Secretário auxiliar o Primeiro Secretario em suas atividades e substituí-lo em suas ausências e impedimentos legais;

Art.33º - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- a) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- b) Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- e) Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

W 9









- g) Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- h) Assinar, com o presidente, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;

Art.34º - Compete ao Segundo Tesoureiro auxiliar o Primeiro Secretario em suas atividades e substituí-lo em suas ausências e impedimentos legais;

Art.35° - Compete ao Diretor Artístico e Cultural:

- a) Representa a Associação em acontecimentos sociais, artísticos, culturais e desportivos quando autorizado pela Diretoria;
- Promover todas as reuniões sociais, com os membros da associação e seus familiares ou com outras entidades como aprovação da Diretoria;
- e) Promove conferência curso, sarau, treinamento, capacitação, debate, campeonato, comemoração de datas festiva e comemorativa, torneio, passeio, show, festival etc.

Secão III — DO conselho

Art.36° - O Conselho Fiscal é órgão de fiscalização dos atos administrativos e financeiros da Diretoria, que será eleito a cada 10 (dez) anos pela Assembléia Geral Ordinária, podendo ser reeleito por igual período, é formado de 02 (dois) membros efetivos, qual será composto pelo seguinte cargos.

§1º O Presidente e Vice do Conselho Fiscal serão eleitos dentre seus pares após a posse realizada pela Assembléja Geral.

§2º O Conselho Fiscal reúne-se delibera suas matérias sempre com a maioria absoluta de seus membros, podendo a reunião. Ser ordinária a cada 06 meses, ou extraordinana, sempre que convocado

Art.37° - Compete ao Conselho Fiscal:

- Examinar semestralmente, as contas, livros, registros e demais documentos da Associação emitindo parecer que será anexado ao relatório contábil da Diretoria;
- Manifesta-se em toda a situação, assim determinadas por este Estatuto Social, em desvirtuamento dos negócios da Associação;
- e) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados,
- d) Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
- e) Organizar para que se de publicidade, no encerramento do exercício fiscal, relatório e atividade e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS e outras instituições, quando se fizer necessário, colocando-os a disposição das autoridades competentes;
- f) Emitir parecer das contas da Diretoria para que seja deliberado pela aprovação ou não junto a Assembléia Geral Ordinária.









REFULREGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIOLCAS ASTRAUS-AMBAZONES REGISTRADO

Parágrafo único - Visando imprimir maior operacionalidade às atividades contidas neste artigo, a Associação poderá contratar auditoria externas para auxiliarem ou elaborarem os trabalhos contábeis.

Art.38º - A atividade dos diretores, conselheiros é executiva, bem como as dos associados, serão pagas como forma de honorário prestado ou prestação de serviços uma vez que os mesmos estarão entregados todo seu tempo nas atividades da associação.

Art.39º - A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu património, sob nenhuma forma ou pretexto

Art.40° - A Associação manter-se-á através de contribuições dos associados e parceiros com órgãos e instituições públicas, Municipais, Estaduais, Federais, iniciativa privada nacional e internacional. Sendo que essas rendam, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais nacional.

CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES

Secão I - Do processo eleitoral

Art.41º - As eleições da Diretoria e do conselho Fiscal ocorrerão de 10 em 10 anos, e serão convocadas pelo presidente, através de edital de convocação, podendo concorrer todos os associados em dias com suas obrigações, e que seja associado a mais de um ano.

§1º - expirado o mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal, e não sendo convocada a eleição por iniciativa do presidente, poderão os associados assim o fazer, mediante edital assinado por 1/5 (um quinto) dos mesmos, entregue a qualquer membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal e afixando o referido edital na sede da Associação.

§2º - Os editais referentes às eleições deverão sempre ser publicados ou simplesmente afixados com 30 (trinta) dias de antecedência das eleições.

Seção II - Da comissão eleitoral

Art.42º - Quarenta e cinco (45) dias antes das eleições serão formadas uma comissão eleitoral, composta de 03 associados em dias com suas obrigações sociais.

§1º Os membros da comissão eleitoral não poderão ser eleitos para nenhum cargo da administração da Associação

11









§2º Caberá a comissão eleitoral apurar os votos e dar posse aos eleitos logo após o término da apuração e julgamento dos possíveis recursos, não sendo admitido o voto por procuração em razão voto ser pessoal e intransferível.

§3º A comissão eleitoral será dissolvida assim que der posse aos eleitos.

§4º Para ter validade o mandato dos membros eleitos, a ata originária da Assembleia Geral de Eleição e Posse, deverá ser registrado no Cartório de Registro Civil das pessoas Jurídicas da Comarca da sede da Associação, juntamente com o edital de convocação das eleições, bem como a fista de votantes.

Seção III - Da comissão eleitoral

Art.43º - As Inscrição das chapas deverá ser feitas pela comissão eleitoral, prazo de 15 dias antes da eleição.

§1º Na inscrição das chapas, deverão conter:

II. - O nome completo de cada membro;

III. - O número do RG e CPF de todos os membros da chapa;

IV. A indicação de cargo de cada membro da chapa;

§2º As condições para votar e ser votado, bem como o processo eleitoral que somente admitira a constituição de chapa completa obedecerá às normas contidas neste Estatuto ou normas expedidas e aprovadas pela Assembléia Geral, considerando-se eleito a chapa que obtiver a maioria dos votos.

SEÇÃO IV. DA DESTITUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE CARGOS

Art.44º - O (s) membro (s) da Diretoria e / ou do Conselho Fiscal poderão se destituídos de seus cargos pela Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, na forma prevista neste Estatuio.

Parágrafo Único - A destituição de membros da Diretória Executiva e Conselho Fiscal somente se justificarão em razão de motive grave, a saber:

- Ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas;
- Provocar Ou causar prejuízo moral ou material para Associação e seus associados;
- Deliberamente não acatar as normas deste Estatuto e as resoluções da Assembléias Geral;
- d) Porta-se como inconveniência agredindo com palavras um colega membro ou não da Diretoria ou do conselho;











- Art.45º Caso um mais membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal venha a se afasta ou renunciar seu cargo, para que a decisão seja homologada pela Associação, o associado eleito deverá apresenta carta escrita de próprio punho de renúncia encaminha à Diretoria.
 - §1º A substituição de cargo poderá ser operada em reunião extraordinária, sendo que aquele que estará substituindo irá apenas completar o mandato em curso.
 - §2º Na Hipótese de restarem somente dois membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal deverá ser convocado uma Assembléia Extraordinária para eleger por mandato temporário os cargos.
 - §3º 0 mandatos a que se refere o parágrafo anterior perdura até a realização da eleição regular realizada a cada 10 (Dez anos).

CAPÍTULO V DO PATRIMÓNIO, DAS FONTES DE RECURSOS E EXERCÍCIO SOCIAL

Seção l- Da constituição do Património e modo de administração

Art. 46° - O Patrimônio Social é constituído por todos os bens móveis, imóveis, veículos e semoventes de sua propriedade, e por todos aqueles que vieram adquirir, assim como por todos os legítimos direitos que possua ou venha a possuir, inclusive, por doações, legados, contribuições, auxílios, subvenções/e ou outras receitas admitidas em direito.

Parágrafo Único: É vedada a distribuição de resultados, dividendos, bonificações ou parcelas de seu património, sob qualquer forma.

Art.47°- A administração do Patrimônio compete à Diretoria que responde solidariamente por suas obrigações sociais no caso de fraude ou dolo.

Art.48°- Os títulos de renda, em como imóveis, só poderão ser alienados mediante permissão expressa da Assembléia Geral.

Art.49° - NO Caso de dissolução da Instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que atue com eventos voltados ao hip hop.

1









Subseção l- Da extinção

Art.50° - A Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia poderá ser extinta nas seguintes hipóteses:

- a) Por decisão Judicial transitada em julgado;
- b) Por deliberação da Assembléia, na forma deste Estatuto.

Parágrafo Único: No caso de extinção voluntária, expressa na alínea b deste artigo, serão observados os seguintes procedimentos:

- I.A convocação da Assembléia Geral que tratará da dissolução será publicada em jornal de grande circulação ou no Diário Oficial do Estado;
- II. Anexação das Certidões Negativas de Débitos do FGTS, INSS, Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- III. Ser lavrada Ata de dissolução indicando a pessoa responsável pela guarda dos documentos e destino do patrimônio.

Subseção II Do destino do patrimônio

Art.51° - No caso de dissolução, aprovada a extinção pela Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, proceder-se-á ao levantamento do seu património, que obrigatoriamente será destinada a outras instituições legalmente constituídas, qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público e sem fins lucrativos, que tenham os mesmos objetivos sociais, nos termos da lei 9.790/1999 e registrados no Conselho Nacional de Assistência Social.

Art.52° - Na hipótese de a associação obter e vier a perder a qualificação como OSCIP, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido como recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.970/99 que tenha o mesmo objeto social e que seja registrada no CNAS.

Parágrafo Único - Caso a Associação não venha a ser qualificado como OSCIP, o patrimônio social apos solvidos seus compromissos deverá ser destinado a uma instituição de assistência social legalmente instituída e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Secão II Das fontes de recursos para manutenção da Associação

Art. 53° - As fontes de recursos para manutenção da Associação serão provenientes de:

- a) Contribuições de associados;
- b) Contribuições de pessoas físicas ou jurídicas que se identifiquem com os objetivos da Associação;
- c) Celebração de convênios;
- d) Doações I legados / Subvenções.











Subseção I Da aplicação dos recursos

- Art. 54º A Associação aplicará integralmente as suas rendas, recursos e eventulal resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais em todo território nacional.
 - a) Será contratado uma empresa que prestara acessória e serviços contábeis e será custeada pela associação;
 - Toda e qualquer assunto inerente a parte jurídica e social será tratada com primeiro secretário é primeiro tesoureiro é será comunicado ao presidente;
 - c) Será contratado um escritório jurídico, que irá presta serviços advocatícios e será custeado pela associação;

Subseção II Do exercício social

Art. 55° - O exercício social coincide com ano civil.

Parágrafo Único - Ao fim de cada exercício social a Diretoria fera elaborar com base na escrituração contábil da Associação um balanço patrimonial e a demonstração de um resultado do exercício, bem como, a demonstração das origens e aplicações de recursos.

Seção III Dos princípios e procedimentos adotados na prestação de contas

- Art. 56° A contabilidade da Associação obedecerá às disposições legais ou normativas vigentes, devendo ser mantidas em perfeita ordem e legalidade e a prestação de contas da Associação observará no mínimo: os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
 - A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercicio fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão:
 - A realização de auditoria, inclusive por auditores independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
 - III A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebido será feita conforme determina o§ único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPITULO VI DO VOLUNTARIADO

Art 57º - Por Voluntário entende-se a pessoa física que presta serviço a Associação no atendimento às suas finalidades institucionais, em caráter eminentemente gratuito, sem qualquer vínculo empregatício de acordo com as normas legais.









Secão I Da organização do trabalho voluntário

Art.58° - O trabalho voluntário se constitui em trabalho de caráter social, sob a forma de Colaboração à integração das pessoas pobres e carentes na sociedade e tem como destaque o espirito de fraternidade e solidariedade humana em vista de sua promoção, da coletividade . e do bem comum, objetivando entre outras, erradicação de miséria e para esta associação a colaboração no aleance de seus objetivos sociais.

Parágrafo único - A Associação estimula o trabalho voluntário a em seu processo de educação e de formação de cidadania de seus assistidos e destinatários.

Art. 59º - O trabalho voluntário pode ser disciplinado em Regimento Interno, devendo o voluntário firmar "Contrato de Voluntário" e "Termo de Voluntariado" na forma da lei.

Secão II Do Controle do trabalho voluntário

Art.60° - A Associação manterá Livro de Registro elou Fichas de Registro elou Listagem dos voluntários que lhes prestar serviços.

Secão III Do Registro contábil do trabalho voluntário

Art. 61° - Os serviços prestados pelos Voluntários a favor dos assistidos e destinatários da Associação são apropriados, contabilmente, para fins de gratuidades e devem constar Relatório de Atividades elou Balanço Social.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art.62º A Associação adotará práticas de gestão administrativas, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.
- Art.63° Em observância aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, a Associação adotará práticas de gestão administrativas, necessárias e suficientes a coibir e obtenção, de forma individual ou coletiva de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação do respectivo processo decisório e não remunerará os membros de sua Diretória Executiva e do Conselho Fiscal, não distribuindo lucros ou dividendos a qualquer título sob nenhum pretexto, sendo que eventuais superávits de quaisquer exercícios financeiros serão destinados à aplicação dos objetivos sociais.

§1º A Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia ira recompensa aos seus conselheiros, diretores, empregados diretos ou indiretos, honorário de prestação de serviços operacionais é intelectual, pela Sua dedicação oportuna para mantimento do









RCPJ-REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURIDICAS
Manaus-Ambazonas
REGISTRADO

funcionamento desta sendo vedada a distribuição patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

§2º A Associação instituirá remuneração aqueles que prestarem serviços específicos respeitados os valores praticados pelo mercado, na região correspondente.

 $\S 2^{0}$ A Associação instituirá remuneração os seus dirigentes conforme lei 13.15/2015 desde fique aprovado e mediante a aprovação em ata de assembleia

Art.64º - A Associação é governada pela Assembléia Geral e dirigida por uma Diretoria com mandato de quatro (4) anos podendo ser reeleita.

Parágrafo único - A Diretoria a que se refere o caput deste artigo é caracterizada como grupo Homogêneo e solidário, comprometido com os princípios estatutários, na forma de serviços concretos e voluntario.

Art.65º - Os casos omissos ou duvidosos na interpretação deste Estatuto Social serão resolvidos pela Diretoria cabendo homologação da Assembléia Geral.

Art.66° - Fica eleito o foro da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios sobre quaisquer assuntos relacionados à Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia.

Art.67º - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação através de Assembléia Geral Extraordinária, devendo, posteriormente, ser registrada em Cartório competente de acordo coma legislação vigente.

Manaus, AM 24 de novembro de 2019









ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA Associação Artística Intercultural Movimento Hip Hop de Manaus CNPJ: 18.486.56/0001-99



Ata de Eleição e Posse da Associação Artística Intercultural Movimento de Hip Hop de Manaus e demais ordem do dia escrita a termos realizada no dias vinte quatro de novembro de 2019.

Aos vinte e quatro dias do mês novembro ano de 2019 as dez horas, à rua penetração III bairro Amazonino Mendes Multirão no Centro de referência da Familiar Professor Teonísia Lobo CEP: 69037-525 nesta Cidade de Manaus, reuniram-se em Assembleia Geral extraordinária de Eleição" e Posse, e deliberação de novas diretrizes, nome da associação e revisão do estatuto social, os senhores membros fundadores da Associação Artística Intercultural Movimento Hip Hop de Manaus, Assumiu a presidência dos trabalhos, por aclamação unânime, o senhor Manoel Frank Silva de Matos, brasileiro, casado, contador e produtor cultural, CIC 615.882.372-49 RG NO 1245091-0 residente a rua Rosarinho número trinta e um, bairros São Jose operário Manaus- AM, que fez substituição ao presidente Dirley Medeiros Duarte; brasileiro; casado: profissao; autonomo, CIC nº 342.983.632-87 RG n° 0917659-4 residente e domiciliado a Rua BC. Sao Domingos n° 64 bairro Japiim na Cidade de Manaus-AM, que por motivo próprios se desligou das atribuições da associação deixando inerte e paralisando suas atividades e não deixou documentos assinados e não cumpriu com a eleição que doravante ficou vencida por fim o novo presidente aclamado convidando a mim, Antônia Celia Carvalho da Silva, brasileiro, casada, técnica em contabilidade e produtora cultural, CIC 615.882.372-49 RG 1245091-0 Manaus-AM, para secretariar a sessão, o que aceitei. A pedido da presidência dos trabalhos, li a ordem do dia, para a qual fora convocada esta assembleia geral e que tem o seguinte teor: a) Eleição e posse do novo presidente e diretoria b) Proposta de alteração da razão social c) Outros assuntos constaram em ata, que terá início no ano 2019 até 2029. Iniciando-se os trabalhos, o presidente me solicitou que procedesse à leitura do Projeto do Estatuto cujas cópias já haviam sido distribuídas previamente aos presentes. Finda a leitura, o Presidente submeteu a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e sem emendas ou modificações. Fico deliberado por todos os presentes que a Associação Artística intercultural Movimento Hip Hop de Manaus (A.A.I.M.H.M); terá um novo nome Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia (A.I.H.H.U.AM) sua sede e foro jurídico na comarca de Manaus, no endereço provisório: sito a rua Antônio Figueiredo no quinhentos e dezesseis no bairro Nova Esperança CEP: 69037-525. Doravante ficou decido que a associação renumerar suas dirigentes conforme lei 13.15/2015 que revertido ao pagamento limita ao teto máximo de cinco salários mínimos vigente no país aprovado pelo regimento interno as cada um dos cargos. A seguir, o Presidente declarou definitivamente a aprovação do novo Estatuto e nova denominação e demais a linhas a,b,c procedendo-se, então, à eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, que chegou ao seguinte resultado: DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: Manoel Frank Silva de Matos, brasileiro, casado,







profissional autônomo CIC n' 615.882.372-49 RG 1245091- 0 residentes e domiciliado a Rua Rosarinho nº trinta e um São José operário na Cidade de Manaus-Amazonas: Vice-Presidente (a): Valeria Angeoles Souza, brasileiro, solteiro, profissão: administradora e produtora cultural; CIC no 010950182-99 RG 23412232 residentes e domiciliado a Rua Joinville nº oitenta e cinco bairros novo Aleixo Cidade de Manaus-Amazonas; Primeiro Secretario (a): Aline Gonçalves Cassiano e silva, brasileiro, casado, profissão: produtor cultural; CIC nº 656688042-91 RG nº 1450304-2 residente e domiciliado a Rua Madalena frota nº quatrocentos e vinte bairro novo Aleixo na Cidade de Manaus-Amazonas; Segundo(a) Secretario(a); Antônia Celia Carvalho Silva, brasileira, casada, profissão: técnica em contabilidade e produtor cultural; CIC 41322800200 RG nº 1016514-2 residente e domiciliado a Rua zero nº trezentos e setenta e três bairro Alvorada II na Cidade de Manaus-V Amazonas; Primeiro(a) Tesoureiro(a); Antônia Celia Carvalho Silva, brasileira, casada, profissão: técnica em contabilidade e produtor cultural; CIC 41322800200 RG nº 1016514-2 residente e domiciliado a. Rua zero nº trezentos trinta três bairro Alvorada II na Cidade de Manaus-Amazonas; Segundo(a) Tesoureiro(a); Aline Gonçalves Cassiano e silva, brasileiro, casado, profissão: produtor cultural; CIC nº 656688042-91 RG nº 1450304-2 residente e domiciliado a Rua Madaleña frota n º quatrocentos e vinte bairro novo Aleixo na Cidade de Manaus-Amazonas; Diretor (a) Artístico e Cultural; Adenildo Soares da Silva, brasileiro, casado, profissão: Artista Urbano; CIC 748552122-53 RG nº 16872304 residente e domiciliado a Rua Sebastião Laranjeira nº vinte e dois , bairro Lírio do Vale na Cidade de Manaus-Amazonas. Conselho Fiscal; Presidente(a) do Conselho Fiscal Janderley Souza Andrade, casado, profissional produtor cultural CIC no 682 405 892-00 RG n º 1525743-6 residente e domiciliado na rua Rio Bauana nº sessenta e cinco bairro São Jose operário na cidade de Manaus-Amazonas; Vice-presidente(a) do conselho fiscal Alan Noronha Ferreira, brasileiro, solteiro, profissional autônomo e produtor cultural CIC nº 642904682-68 RG nº 1122113 residentes e domiciliado a Rua União n º 36 bairro, Colônia St. Antônio na cidade de Manaus-Amazonas; O presidente após apurados os eleitos, deu lhes imediata posse, para suas funções e atribuições que se iniciam nesta data, compreendendo o mandato de 2019 a 2029. Ficando livre a palavra e com ninguém quis dela fazer uso o que eu fiz como secretária, em 2 (duas) vias de igual teor em originais folhas digitadas e após reaberta a sessão mesma foi lida e aprovada e segue assinada pelo Presidente da Assembleia, por mim, secretario e por todos os demais presentes, que passam a ser considerados membros fundadores.

Manaus 24 de novembro de 2019.

Presidente; Manoel Frank Silva de Matos.

Intonia Celia Carvalho Silva.

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo Manaus – AM / CEP: 69027-020 Tel.: 3303-2790 www.cmm.am.gov.br

















REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DE MANAUS CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS



Maria da Conceição Castro Lopes — Oficial Av. Getúlio Vargas, 1149, Centro, Cep 69.020-011 — CNPJ 04.536.546/0001-12

CERTIDÃO

CERTIFICO em virtude das atribuições que por lei me são conferida e a requerimento de parte interessada, que revendo no arquivo do Cartório a meu cargo, deles verifiquei constar, Protocolado sob n.º 66.271, e averbado sob n.º 60.446, às folhas 79/87, do Livro "A", nº. 1122, de Pessoas Jurídicas, em 09.03.2021, a AVERBAÇÃO do NOVO ESTATUTO da Associação Civil de Direito Privado sem fins econômicos que passa a denominar-se "ASSOCIAÇÃO INTERCULTURAL DE HIP HOP URBANOS DA AMAZÔNIA", também designada por (A.I.H.H.U.AM), com sede e foro jurídico na Comarca de Manaus/AM, localizada na Rua Antonio Figueiredo, n.º 516, Bairro Nova Esperança - CEP 69037-525, Certifico mais que a supracitada Associação Civil tem a sua PERSONALIDADE JURÍDICA adquirida desde 07.06.2013, sob o número de ordem 34.383 do Livro "A", número 622, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da comarca de Manaus/AM, com a então denominação ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA INTERCULTURAL MOVIMENTO HIP HOP DE MANAUS - A.A.I.M.H.M. O referido é verdade; dou fé. Dada e passada nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, aos//nove dias do mês de março do ano dois mil e vinte e um. Eu, January Oficial Efetiva subscrevo e assino – Selo Eletrônico de Fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Data útil. 09.03.2021, emitido por: Maria da Conceição Castro Lopes. Emol. R\$ 432,85. Funjeam Extrajud. R\$ 43,32. Fundpam R\$ 21,62. Funjeam-RCPN-SD. R\$ 21,62 Fundpge R\$ 12,97. Selo Digital R\$ 3,00. ISSQN R\$ 12,97. Selo: INSCPJ0049034AQRB9KLH2US5S22. Valide o selo cidadao.portalseloam.com.br.

CERTIDÃO
RTD/PJ
MANAUS/AM
WE CONCENSION C. Lupres
CONTRACTO C. Lup

Manaus, 09 de março de 2021.

Cartorio RTD

Maria da Conceição Castro Lopes
Oficial







C	REPÚBLICA FEDER		_	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.486.526/0001-99 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DATA DE ABERTURA 07/06/2013			
NOME EMPRESARIAL ASSOCIAÇÃO INTERCULTU	IRAL DE HIP HOP URBANOS DA	AMAZONIA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NO AIHHUAM	ME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS	
código e descrição da atividade econômica principal. 90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança				
90.01-9-02 - Pródução musical 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação 90.01-9-09 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente 91.01-5-00 - Atividades de bibliotecas e arquivos 93.13-1-00 - Atividades de condicionamento físico 93.29-8-01 - Discotecas, danceterias, salões de dança e similares 93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente 93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente				
LOGRADOURO R ANTONIO FIGUEREDO		NÚMERO COMPLEMENTO		
	RRO/DISTRITO VA ESPERANCA	MUNICÍPIO MANAUS	UF AM	
ENDEREÇO ELETRÔNICO MANOELFRANKSILVAMATOS@GMAIL.COM TELEFONE (92) 9416		TELEFONE (92) 9416-0011/ (92) 3238-7	011/ (92) 3238-7208	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ******				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL			ATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 20/05/2021 às 17:50:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1







27/03/2023, 16:07

https://stm.manaus.am.gov.br/stm/servlet/hwvdocumentos_v3



PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO

CND Nº _ 6598/2023

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS **DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**

CONTRIBUINTE : ASSOCIAÇÃO INTERCULTURAL DE HIP HOP URBANOS DA AMAZONIA

ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO FIGUEIREDO, Nº: 516, CEP: 69037525

BAIRRO: NOVA ESPERANÇA COMPLEMENTO:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 20923901

CNPJ/CPF: 18486526000199

Declara-se para os devidos fins que, em nome do sujeito passivo, NÃO CONSTAM DÉBITOS lançados relativo a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

***** NÃO CONSTAM DÉBITOS VENCIDOS ***** ***** NÃO HÁ DÉBITOS VINCENDOS *****	
	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *

Certidão expedida com base no Decreto nº. 7007/2003 c/c Dec. 883/2011

VÁLIDA ATÉ 09/04/2023

A FAZENDA MUNICIPAL PODERÁ COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERÍODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.



VALIDAÇÃO

CND N°6598/2023

Para comprovar a veracidade desta certidão, utilize o QR CODE ou visite o Portal de Informações e Serviços SEMEF ATENDE (http://semefatende.manaus.am.gov.br/) e infome a chave de validação 300.217.C7E.254. A Certidão emitida abrange todos os cadastros inscritos no Município de Manaus no CNPJ/CPF do contribuinte acima qualificado.

Cadastrado em: 09/01/2023









CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO INTERCULTURAL DE HIP HOP URBANOS DA AMAZONIA CNPJ: 18.486.526.0001.99

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 17:09:25 do dia 27/03/2023 <hora e data de Brasília>. Válida até 23/09/2023.

Código de controle da certidão: EDF7.E187.5B66.DDBC Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.







27/03/2023 0006719775



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL E JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

CERTIDÃO N°: 006719775 FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas anteriores a data de 26/03/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 27 de março de 2023.









27/03/2023 0006719821



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL E JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

CERTIDÃO N°: 006719821 FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas anteriores a data de 26/03/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 27 de março de 2023.









27/03/2023 0006719740



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL E JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

CERTIDÃO N°: 006719740 FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas anteriores a data de 26/03/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 27 de março de 2023.









27/03/2023 0006719755



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL E JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

CERTIDÃO N°: 006719755 FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas anteriores a data de 26/03/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 27 de março de 2023.









27/03/2023 0006719807



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL E JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

CERTIDÃO Nº: 006719807 FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas anteriores a data de 26/03/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 27 de março de 2023.









27/03/2023 0006719693



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL E JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

CERTIDÃO Nº: 006719693 FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas anteriores a data de 26/03/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 27 de março de 2023.









27/03/2023 0006719632



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL E JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

CERTIDÃO Nº: 006719632 FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas anteriores a data de 26/03/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 27 de março de 2023.









